

# Comunidade da floresta exige títulos

Vinte mil pessoas que vivem na chamada Flona do Tapajós querem que Ibama oficialize a posse da terra

Santarém (Celivaldo Carneiro) - Em reunião realizada no último dia 11, sexta-feira, no km 82 da rodovia Santarém-Cuiabá (BR-163), lideranças de 21 comunidades residentes na Floresta Nacional do Tapajós discutiram com autoridades federais a questão do impasse na titulação das terras em que vivem. Os comunitários reclamam a assinatura do contrato de concessão real de uso, entre o Ibama e as associações comunitárias, envolvendo 21 comunidades e uma população de mais de 20 mil habitantes da Flona do Tapajós. A concessão se destina à exploração auto-sustentável e à conservação dos recursos renováveis.

Estiveram presentes na reunião a subprocuradora da República, dra. Maria Eliane Menezes Farias, o procurador da República, Felício Pontes Júnior, o delegado do Patrimônio da União, Daniel Lopes, e a coordenadora executiva da Flona, Selma Melgaço, que durante todo o dia discutiram com os membros do Grupo Gestor da Flona, sobre o problema.

Eles voltaram a insistir na posição já tomada pela maioria das lideranças, que não irão permitir a entrada das madeiras, para a execução do Projeto Itto, enquanto não houver uma solução definitiva com relação ao documento de concessão e aos limites para as comunidades. Segundo os comunitários até agora o Ibama, não viabilizou a titulação das áreas onde residem. Os comunitários temem que depois de iniciada a execução dos projetos de exploração madeireira, na Flona do Tapajós, a falta desta documentação faça com que a empresa ganhadora da licitação, não venha a respeitar os limites tradicionais reconhecidos como pertencentes às comunidades.

"Estamos cansados de 20 anos de

reunião e nada de solução para o problema fundiário da Flona", enfatizou o pastor Antônio, uma das lideranças comunitárias presentes à reunião. "Não temos titulação e isso nos impossibilita o acesso ao crédito", reclamou João Pedro, outra liderança, enfatizando a falta de sensibilidade das autoridades de Brasília para o problema.

Livaldo Sarmento lamentou a lentidão na resolução do problema da Flona, fazendo um paralelo com a recém-criada Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, enfatizando o apoio decisivo dado pelo Ministério Público Federal para a sua criação.

**Ajustamento** - A representante do Ibama, Selma Melgaço, reconheceu o erro do então IBDF, a quando da criação da Flona, que ignorou a existência de moradores dentro da sua área. Falou ainda que hoje os tempos são outros, lembrando do ajustamento de conduta, que possibilitou a concessão real de uso dada aos seus habitantes. Lamentou o desconhecimento do Ibama, sobre a necessidade do Departamento de Patrimônio da União (DPU) fazer a cessão das terras da Flona para que houvesse o repasse aos comunitários.

A subprocuradora da República, Eliane Menezes, justificou aos comunitários as razões da não inclusão do documento da Flona no "pacote verde" classificando o fato como grave problema burocrático. "Precisamos sensibilizar as autoridades. Os órgãos federais hoje estão falando a mesma língua", afirmou, lamentando no entanto, que não há previsão para a nova apreciação do problema da Flona. Daniel Lopes, delegado do SPU, explicou sobre o andamento do processo no órgão e garantiu pressa na sua conclusão.



▲ ESPERA - Representantes das comunidades da região da Flona do Tapajós dizem que madeiras só entram se o Ibama titular as terras

## Funai reconhece os Takuara como povo indígena

As famílias da comunidade de Takuara, localizada na margem direita do rio Tapajós, município de Belterra e inserida na área da Flona, foram reconhecidas provisoriamente como povo indígena pela Funai. Elas obtiveram uma declaração provisória reconhecendo sua provável origem indígena, do tronco Munduruku ou Tupinabarana.

São aproximadamente 130 pessoas que vivem em terras de seus ancestrais de quem herdaram seus traços culturais. A Funai determinou a execução de um estudo antropológico para confirmar a veracidade desta descoberta.

"É um fato muito significativo, pois são famílias que durante mais de 70 anos não se diziam mais indí-

genas", afirmou o padre sociólogo frei Florêncio Vaz, que vem dando apoio neste processo de reconhecimento. Segundo ele, nessa situação estão muitas outras comunidades vizinhas, no rio Tapajós e Arapiuns.

A solicitação deste reconhecimento foi feita por Raimundo Cruz, em atendimento a uma das últimas manifestações de desejo de seu pai, Laurelino Floriano Cruz, 88 anos, antes da sua morte, no ano de 1997. "Seu Laurelino" era muito conhecido na região por seus trabalhos de curandeiro. Ele garantia terem sido seus pais indígenas, de quem havia herdado os conhecimentos de pajelança.

**Poracé Abá** - No próximo dia 19, a comunidade do Takuara,

através de suas lideranças, formada por 20 famílias e aproximadamente 130 pessoas estará realizando uma assembleia festiva, chamada "Poracé Abá" quando irão comemorar o reconhecimento provisório e explicar aos parentes vizinhos porque reivindicam agora ser "índios".

Segundo frei Florêncio Vaz, palavra "Poracé Abá" em língua geral Tupi significa "festa dos indígenas". A poracé abá no Takuara será uma festa de encontro de indígenas com suas raízes e com a sua tradição. "É a ocasião em que a suas raízes e com a sua tradição. "É a ocasião em que a comunidade de Takuara comemora o início do processo do seu reconhecimento

com indígenas pela Fundação Nacional do Índio (Funai), agradece a Deus e a todos os seus ancestrais pela vida do grupo. Servirá também para fortalecer a consciência de ser indígena e de querer defender o direito à sua terra tradicional", explicou.

Na oportunidade as famílias se reúnem para conversar, rezar, cantar, dançar, contar a história e os mitos do povo, beber 'tarubá' e 'caxiri', que são as bebidas próprias da gente. Esta festa será principalmente para os indígenas do Takuara, mas terá a participação de vizinhos, amigos e parentes, "é para que eles saibam e compartilhem da luta e da tradição da comunidade", finalizou frei Florêncio Vaz.

## Amazônia reúne as suas mulheres

Agência Emaús - Iniciou-se domingo, 13, e vai até hoje, em Rio Branco (AC), o I Encontro Internacional de Mulheres da Floresta Amazônica. O evento, promovido pelo Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (Mama), reúne cerca de 200 mulheres dos nove Estados amazônicos e de quatro países (Chile, Colômbia, Equador e Venezuela), no campus da Universidade Federal do Acre, para fazer um diagnóstico sobre a situação das mulheres da Amazônia no âmbito nacional e internacional. A pauta de reivindicações do evento inclui projetos de lei e políticas públicas que contemplem a realidade das mulheres da floresta. As participantes são negras quilombolas, índias, trabalhadoras rurais, pescadoras, parteiras, quebradeiras

de coco babaçu, curandeiras, seringueiras e artesãs, que nesses quase 500 anos de Brasil vão unindo os retalhos de uma longa e dolorosa história de exploração e abandono.

A senadora Marina Silva (PT/AC), internacionalmente conhecida pela sua luta em favor dos povos da floresta, participou da mesa/tema falando sobre "Desenvolvimento Humano e Sustentável na Amazônia: Extrativismo, Agricultura Familiar e Tradicional". Ela ressaltou que "na história da ocupação feminina da Amazônia essas mulheres foram obrigadas a vir para cá, foram trazidas à força e acasalaram também à força. Os homens, seringueiros nordestinos, saíram para desbravar a floresta, o látex e aqueles que produziam mais "ganhavam" uma mulher.